

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Débora da Silva Ferreira

Estudante de Pós Graduação em Supervisão e Gestão Escolar – Universidade de Pernambuco
Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco
debora_silvaf@hotmail.com

Taynah de Brito Barra Nova

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco
Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco
Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco
taynah.nova@ufrpe.br
(Orientadora)

RESUMO: Este artigo parte de reflexões surgidas do trabalho de conclusão de curso para a graduação de Licenciatura em Pedagogia na UFRPE/UAG. A pesquisa foi executada em duas escolas da rede pública da cidade de Garanhuns-PE, com o objetivo de analisar como é tratada a Identidade Cultural no Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino. Analisamos os PPPs das escolas e entrevistamos representantes da gestão escolar das instituições para analisarmos se os seus discursos sobre identidade cultural coincidem com a proposta apresentada em tais documentos. Os dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo, a partir das contribuições de Bardin (2004). Os resultados apontaram que o PPP das instituições se esforça para responder às determinações legais a ele inerentes. Em relação às determinações da LDB, os documentos foram fruto da participação de representantes da comunidade escolar. Considerando as orientações do PCN que trata diretamente da Pluralidade Cultural, identificamos nos documentos das escolas questões que abordam a Identidade Cultural, como a formação do cidadão crítico, a participação consciente, o estímulo à autonomia e a inserção do educando de forma ativa no mundo social; além de contemplar elementos da cultura local nos conteúdos da Educação Básica através do trabalho interdisciplinar e/ ou transversal. Nossos achados apontam para pesquisas futuras que se debrucem sobre as iniciativas de efetivação das propostas expostas nos PPPs, a fim de analisarmos se as intenções apresentadas nos projetos são norteadoras das ações políticas pedagógicas das instituições ou apenas respostas às exigências legais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Cultural. Projeto Político Pedagógico. Escola.

POLITICAL EDUCATIONAL PROJECT IN CULTURAL IDENTITY CONSTRUCTION: SOME THOUGHTS

ABSTRACT: This article is part of reflections arising from the completion of course work for the Bachelor degree in Pedagogy in UFRPE / UAG. The research was performed in two public schools in the city of Garanhuns-PE, in order to analyze how is treated the Cultural

Identity in the Pedagogic Political Project (PPP) of educational institutions. We analyze the PPP schools and interviewed representatives of school management institutions to analyze whether their discourses on cultural identity coincided with the proposal made in such documents. Data were analyzed according to Content Analysis, from the contributions of Bardin (2004). The results showed that the PPP institutions strive to meet the legal requirements inherent to it. Regarding the determinations of the LDB, the documents were the result of the participation of representatives of the school community. Considering the guidelines of the PCN that comes directly from the Cultural Plurality, identified in the documents of the schools issues that address the cultural identity, such as the formation of critical citizens, conscious participation, stimulating autonomy and educating the insertion actively in the social world; besides contemplating the local culture elements in the Basic Education content through interdisciplinary and / or cross-sectional study. Our findings point to future research to look into the effectiveness of initiatives of the proposals set out in PPPs in order to analyze whether the intentions presented in the projects are guiding pedagogical political actions of the institutions or just answers to legal requirements.

KEYWORDS: Cultural Identity. PPP. School.

INTRODUÇÃO

O conceito atribuído à cultura é polissêmico, variando conforme a fundamentação teórica a qual se filia. Esse conceito pode variar ainda considerando a região, religião, faixa etária de um grupo social ou ainda pelo momento histórico que está sendo vivenciado (LARAIA, 2001). Na Grécia antiga a palavra *cultura* significava: “[...] o cultivo do espírito humano. Trata-se de uma disciplina interior que aspira a formação da personalidade” (GONÇALVES, 2010, p. 62). Sua definição está, assim, diretamente ligada ao tipo de sociedade, aos valores de cada grupo, a cada um com seus costumes e às suas diferentes vivências.

É importante compreender que as manifestações culturais são elementos fundamentais para a formação do cidadão, todavia os espaços escolares e os atores que deles fazem parte ainda negligenciam o conhecimento e experiências de vivências culturais locais, apenas focando no nacionalismo. Deve ser levado em conta também que o primeiro referencial de identidade que uma criança tem é sua família que, por sua vez, tem como referencial o contexto social, político e cultural no qual está inserida. A criança espelha-se neles para compor aspectos de seu comportamento e a escola deve considerar esses aspectos. Nesse

sentido, seria interessante que as instituições escolares legitimassem a importância e a forma como deve ser trabalhada, no educando, a identidade cultural para a sua formação cidadã e que esta proposta fosse apresentada e debatida entre os seus usuários.

Segundo orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural (BRASIL, 2001), elementos da cultura local devem estar presentes na Educação Básica a fim de formar um cidadão que seja conhecedor de suas raízes culturais. Formar uma identidade não é apenas voltar-se para o ser nacional, pois cada local tem sua particularidade, cada pessoa tem sua realidade, o que torna cada cidadão único. São muitos os que desconhecem os elementos formadores de sua cultura, e isso contribui para que o indivíduo não se reconheça enquanto sujeito de sua própria cultura.

O Projeto Político Pedagógico, enquanto documento definido a partir da sua comunidade deve apresentar as práticas educacionais a serem realizadas no ambiente escolar, e como mediador de decisões, deve reger o dia a dia da instituição, baseado na realidade de seu público alvo, partindo de suas necessidades e das características que lhe compõem. Para Pereira e Becker (2002, p. 97):

A construção do projeto político-pedagógico, não só representa um compromisso coletivo com a definição da identidade para a instituição educativa, como representa um espaço de luta pela formação da cidadania comprometida com a transformação social.

Assim, compreendemos que é no trato com a identidade que se afirma a cidadania dos educandos, conscientes de seu papel na sociedade, tornando-se mais capazes de otimizar a sua realidade.

Partindo do pressuposto de que a instituição escolar tem dentre as suas funções sociais a formação do cidadão (BRASIL, 1996), e que a formação para a cidadania não deve ignorar a realidade contextualizada na qual os alunos estão inseridos, buscamos compreender como a identidade cultural é apresentada no Projeto Político Pedagógico das escolas públicas municipais. Desta forma, nosso estudo propôs responder a seguinte questão: Há a consideração de uma abordagem sobre identidade cultural nos Projetos Políticos Pedagógicos do Ensino Fundamental das escolas do município de Garanhuns-PE? Partimos desta problemática, pois corroboramos com Moreira e Candau (2003) ao afirmarem que “a escola é,

sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados” (p. 22).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural, percebe-se que no ambiente escolar a criança também se apropria de uma cultura, cabendo ao professor oportunizar a compreensão dessas diferenças e, a partir delas, ajudar a criança a constituir a sua própria identidade (BRASIL, 2001). Consideramos então que a escola não pode abrir mão do seu compromisso no trato com a identidade cultural. Assim, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, documento que norteia as ações escolares, deve legitimar uma proposta de educação que busque a igualdade, o respeito e a tolerância, fomentando uma sociedade que se entenda culturalmente democrática.

IDENTIDADE CULTURAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: TECENDO ANÁLISES

Para Stuart Hall (2011, p. 7), “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Com o passar dos tempos, a visão do sujeito unificado foi sendo abandonada em detrimento da descoberta das influências que o homem sofre em sua formação enquanto sujeito, passando a reconhecê-lo como alguém multicultural, ou seja, alguém que foi influenciado por diversos indivíduos ao longo de sua vida, formando assim a sua identidade pessoal.

Ainda de acordo com o autor, a quebra de padrões de identidade instaurou-se no final do século XX com a formação da sociedade moderna. Houveram transformações nos modelos preestabelecidos, novas visões sobre o mundo foram construídas, a compreensão sobre a formação do indivíduo foi reelaborada, ocasionando o que Hall (2011, p. 9) denomina “[...] deslocamento ou descentralização do sujeito”. O autor explica que este fenômeno se dá porque o indivíduo muitas vezes acaba entrando em crise a partir do momento que outras identidades são consideradas, e passa a questionar a sua própria, entrando em conflito com todas as outras ao seu redor.

É apenas com o reconhecimento do outro, que se pode viver em uma sociedade harmônica, reconhecendo no outro um pouco de si mesmo e a sua importância, independente de suas diferenças. Cada povo busca o seu reconhecimento na sociedade. Buscam respeito e voz em todos os meios, é o que Silva (2006), aponta como “identidade social”. Essas identidades sociais são criadas pelas relações que temos ao longo de nossa vida. A partir de nossas vivências e de nossas relações, nos colocamos socialmente em um grupo. Identidade pode ser vista também como relação de poder em uma sociedade, exemplos disso podem ser percebidos através dos grupos antes reprimidos, que começam a ganhar força e buscam seus direitos de reconhecimento.

Tudo que afeta significativamente a sociedade, repercute na escola. A informação é algo que hoje em dia chega com maior facilidade aos olhos e ouvidos das crianças, havendo assim a necessidade de se trabalhar com isso no ambiente escolar. É importante que se trabalhe com as crianças a importância do respeito às diferentes culturas, fazendo-as reconhecerem-se nas suas. Na escola as crianças tem a oportunidade de desenvolverem seu senso crítico e conhecer o mundo que as cercam. Desta forma, buscamos com este trabalho analisar como a consideração por essa identidade cultural tem sido tratada pela instituição escolar em seu Projeto Político Pedagógico.

Segundo Fleuri (2006, p. 513), faz-se necessário “[...] reconhecer o outro como produtor de significados, no sentido de acolhê-los mediante múltiplas linguagens e estratégias relacionadas”. Nesse caso o currículo, que é o instrumento de orientação das práticas escolares, deve ser aberto a modificações para adaptações que venham a ser relevantes de acordo com as necessidades de seus alunos.

O ambiente escolar, inegavelmente, é um lugar de influências diretas na formação do indivíduo, na relação com o outro, nas regras a serem seguidas, no ensino e aprendizagem de conteúdos que contribuem para a formação do cidadão. O conhecimento escolar auxilia na busca por informações, que ajudam o aluno na construção do eu e ainda contribui na compreensão das relações entre os seres humanos. Faz-se necessário que a escola compreenda a sua responsabilidade na formação do indivíduo, perceba as suas influências na formação da identidade do educando e sabendo disso dê um melhor direcionamento em suas práticas

fazendo com que isso se reflita na construção do seu currículo, bem como nos orienta Moreira e Macedo (2002 p. 12-13):

[...] as concepções de identidade e de diferença adotadas no pensamento pós-moderno são úteis para nortear a formulação de currículos voltados para produzir identidades contestadoras e críticas, empenhadas na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A ideia da presença do trabalho com a pluralidade cultural no currículo é a afirmação do trato justo com as identidades, de modo que seja respeitada a bagagem cultural de cada um, que sejam formados cidadãos conhecedores e críticos de sua própria história. Esse documento deve reconhecer as diferenças, analisando as desigualdades, dando espaço às classes excluídas da sociedade.

Deve-se valorizar a utilização do espaço escolar para fortalecer a voz dos grupos oprimidos, fazendo-se necessário um Projeto Político Pedagógico (PPP) que enfatize a democratização da diversidade cultural. Considerando ainda que conhecer a cultura do seu povo faz com que você conheça as suas raízes, descobrindo sua própria história, passa a ser importante estender as relações com o seu lugar, sua cidade, o local que faz parte da sua vida e como é formada uma identidade de pertencimento.

É interessante que docentes e discentes reflitam sobre a inserção do debate acerca dos aspectos que compõe as suas identidades nesses currículos, percebam o centro desse eu e a partir dele formem o eu coletivo. A escola tem como função social formar cidadãos críticos, é um espaço social de troca de conhecimentos, cuja experiência de seu aluno deve ser valorizada, bem como sua identidade, tanto de modo individual, quanto o coletivo. Moreira e Macedo (2002, p. 31), afirmam:

[...] sugerimos que o currículo se centre na dinâmica histórica das categorias pelas quais somos divididos, tais como cultura, raça, nação, classe social, mulher. A intenção é reconhecer e problematizar a construção das categorias com base nas quais nossas identidades se constituem, para que o estudante venha a entender os significados das diferenças que separam uns indivíduos de outros.

Stoer e Cortesão (1999), dentro desta temática, apresentam o conceito do educador “daltônico cultural”, como aquele que não reconhece e valoriza as diversas culturas, presentes

entre seus alunos, focando apenas em uma e muitas vezes impondo-a aos educandos, impedindo a formação completa desse cidadão, fazendo com que ele tenha apenas uma visão de mundo. Consideramos que é papel da instituição escolar propor o trato à diversidade dentre as suas propostas pedagógicas, a fim de seus educandos terem a possibilidade de reafirmação do seu conhecimento de mundo, estimulando o pertencimento e a valorização de seus costumes.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E O SEU POTENCIAL COMO INSTRUMENTO INSTIGADOR DE TRABALHO COM A IDENTIDADE CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento institucional mais próximo dos agentes construtores da rotina escolar - gestão, professores, alunos. Nele devem estar calcados os objetivos que a escola pretende alcançar ao longo da formação de seus alunos. Por ser voltado para a comunidade escolar, deve ser baseado na mesma e objetivado a partir das especificidades do seu público, para que a educação seja trabalhada de uma maneira mais próxima aos alunos. Para nós, dentre os documentos institucionais, construídos dentro da perspectiva democrática que orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o PPP deveria se apresentar enquanto um documento que carrega em si a identidade da instituição e, assim, dos que a formam. Ele deveria apresentar e considerar (seja para preservar, seja para combater – se negativa) as especificidades da escola que se fazem mais presentes e se caracterizaria como um instrumento primordial para fazer com que a identidade cultural na escola seja trabalhada de forma efetiva. É por isso que partimos deste documento para analisarmos o trato dados pelas instituições escolares à identidade cultural.

Os anos finais da década de 1980 no Brasil foram responsáveis por grandes avanços legais no campo educacional. O desejo por espaços de representação e as vozes por tanto tempo silenciadas, passaram a defender espaços de decisões coletivas em todas as esferas sociais. Na educação esta luta mostrou-se vitoriosa com a aprovação da Constituição Federal, em 1988 que, dentre as muitas vitórias, trouxe em seu Artigo 206 IV (BRASIL, 1988) a Gestão Democrática como princípio norteador do ensino público, enfatizando a

obrigatoriedade de um regimento democrático nas instituições, exaltando assim a participação de toda a comunidade escolar nas decisões da escola.

Nesse sentido a lei orienta a descentralização nas tomadas de decisões nas escolas e valoriza a escuta do outro, reconhecendo-o como agente importante na sua formação. A materialização deste princípio ocorre através de mecanismos de garantia da implantação da Gestão Escolar Democrática, dentre eles a escolha democrática do gestor escolar pela comunidade na qual a escola está inserida, os espaços de decisão coletiva, como os grêmios estudantis e os Conselhos Escolares, e o Projeto Político Pedagógico da escola, documento obrigatório das instituições escolares de ensino que formaliza o compromisso da instituição escolar com a sua comunidade e orienta as práticas pedagógicas da escola.

Foi partindo então da necessidade da democratização das decisões nas escolas, enfatizada pela Constituição Federal, que houve a proposta do Projeto Político-Pedagógico na LDB. Ele se materializa como a afirmação de uma gestão democrática e é um dos principais instrumentos condutores para a efetivação de uma democracia efetiva na escola. Sua construção é o primeiro passo para essa realidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, afirma que toda escola precisa ter um projeto pedagógico, e que este deve partir das necessidades e especificidades de seu público. Afirma ainda que, “[...] os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, Art. 12, 1996). É no Projeto Político Pedagógico que nasce a gestão democrática da escola, a sua construção permite que a instituição escolar seja autônoma, emancipando a instituição na luta por melhores condições da educação que abranja toda a comunidade escolar.

Compreendemos que a escola é um instrumento de essencial importância na formação do indivíduo social. É ela que forma um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, ciente do seu lugar e respeitando o lugar do outro. Concordamos com Veiga (2004, p. 13) sobre a importância do corpo desse documento valer-se sempre do seu sentido político, sendo esse o ponto que deve reger a sua execução e que dá um maior sentido na construção do indivíduo:

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e

coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso sociopolítico a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

O Projeto Político Pedagógico é formado por bases políticas, pois é com ele que firma-se o compromisso com a formação do cidadão para o tipo de sociedade a qual o seu educando está inserido. O projeto passa por várias camadas da escola, envolve a comunidade escolar, alunos, professores, funcionários, gestão, todos devem ser considerados na construção do mesmo, para que ele tenha seus objetivos verdadeiramente cumpridos, tanto os traçados na escola para a formação do cidadão, quando os básicos deste documento.

Enquanto compromisso com a comunidade que atende, a escola deve levar, na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, alguns pontos em consideração: ele deve ser elaborado depois de um profundo estudo sobre a comunidade na qual a escola está inserida, pois deve ser considerada a identidade de sua localidade, perceber sua realidade, suas necessidades e quais indivíduos se quer formar a partir dessa proposta; além disso, a escola como ambiente educacional, deve basear-se em aspectos humanistas no sentido de voltar-se para as necessidades da sua comunidade, e assim oferecer uma educação que respeite a diversidade cultural da comunidade atendida. Nesse sentido reforça-se a necessidade da criação de um PPP para que sejam percebidas, analisadas e contempladas as especificidades do seu público, e criadas estratégias para melhor atendimento e efetivação de qualidade do ensino.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo caracterizou-se como do tipo etnográfico. Nos serviram como campo de pesquisa duas (02) escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Garanhuns/PE. Denominamos as instituições de “Escola A” e “Escola B” para assim podermos preservar a identidade das mesmas, bem como dos sujeitos que participaram do nosso estudo. Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, aplicada com as gestoras das instituições escolares com a finalidade de identificarmos como o corpo gestor compreende a importância do trato à identidade cultural na escola, bem como para nos aproximarmos das estratégias utilizadas pelas escolas na consideração da identidade cultural

da comunidade escolar.

Também realizamos a análise documental sobre os Projetos Políticos Pedagógicos disponibilizados pelas escolas campo da nossa pesquisa, pois acreditamos que enquanto documento norteador das atividades pedagógicas da escola, o PPP deve carregar em sua essência a dimensão política, principalmente ao assumir e partir da realidade em que a escola está inserida, do contexto em que se situa, para propor o seu projeto pedagógico. Nosso intuito na análise desse documento era investigar se ele contempla a identidade cultural dos alunos, respeitando seus contextos. Os dados coletados foram analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), buscando a reflexão acerca dos conteúdos implícitos presentes nos dados.

De acordo com os dados coletados, a construção do documento nas escolas seguiu caminhos próximos, na tentativa da construção coletiva por representantes da comunidade escolar. Percebe-se que a proposta de construção do PPP parece estar de acordo com a legislação vigente, quando a LDB, art. 14, inciso I afirma a necessidade da “Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1996)”. Quando os atores que compõem a escola são reconhecidos e inclusos na elaboração do projeto, há a afirmação da importância desses sujeitos para a instituição.

Ao nos debruçarmos sobre o conteúdo dos Projetos das escolas, em relação à abordagem da identidade cultural, inicialmente foi possível notar abordagens diferenciadas. Considerando o documento da Escola A, havia em seu texto apenas o compromisso com a formação de cidadãos críticos, afirmando que:

Para tanto, construímos e mantemos uma escola de qualidade inserida nos novos tempos e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, conscientes de seus desafios, portanto formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de solidariedade ao próximo (PPP ESCOLA A, p. 5).

Assim como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural (Brasil, 2001), a identidade cultural deve ser trabalhada de acordo com seu tempo, conforme a realidade de cada sociedade, formando o cidadão apto para viver em sociedade. A sociedade atual respira diversidade e a escola tem a necessidade de perceber e considerar isso nos seus alunos. O Projeto Político Pedagógico da Escola A afirma que a instituição precisa estar

conectada ao mundo atual, e que é necessário saber quais as exigências da sociedade, para preparar seus educandos para o mundo que os espera. Trabalhar com a construção do indivíduo partindo da realidade atual, é uma abordagem característica da identidade cultural, mesmo não deixando isso em evidência, a Escola A, de acordo com o exposto em seu projeto, considera uma identidade para fomentar o seu trabalho na educação escolar.

Ainda sobre a percepção sobre o mundo atual para a construção pessoal do educando, esse PPP afirma que “nessa perspectiva, a função do currículo é ordenar a reflexão pedagógica de forma a pensar nossa realidade social pautada nos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade e do respeito ao bem comum” (PPP ESCOLA A, 2008, p. 6), corroborando com o que afirma Boldrin (2000, p. 2), quando nos diz que:

O currículo não existe num plano independente, inatingível e atemporal. Ao contrário, sofre a ação da realidade histórica, contextualiza-se com momentos particulares da organização social e vincula-se à complexa arena de embates estruturais da sociedade e da educação.

Nesse sentido, o currículo não deve ser constituído de forma alheia ao seu tempo histórico, ele deve considerar a realidade do contexto moderno, para assim fomentar os seus objetivos e suas metas, elementos que pudemos compreender que foram levados em conta na construção do PPP da Escola A. O Projeto da referida escola não apresenta longos discursos, é constituído por poucas páginas e não traz referências sobre a utilização de algum autor que aborde a temática “Projeto Político Pedagógico”, o que pode ter afetado um pouco na construção do mesmo. Atualmente o documento está em reformulação e até o término desta pesquisa não tivemos acesso a sua versão atualizada.

Considerando o Projeto Político Pedagógico da Escola B, as questões que abordam a identidade cultural são mais evidentes, sendo assim tratadas de forma mais explícita. De início, a escola afirma que entre seus objetivos estão: “Desenvolvimento de habilidades para a formação do cidadão crítico, participativo e consciente. Construção do conhecimento como forma de autonomia e inserção do estudante no mundo social” (PPP ESCOLA B, 2009, p. 7). Estes pontos, segundo nosso referencial, podem ser trabalhados a partir do reconhecimento e do trato com a identidade cultural, pois é trabalhando a partir de suas raízes culturais que há a

formação de um cidadão consciente de seu papel no seu lugar de origem, inserindo-o dessa maneira no mundo, partindo da sua realidade local para outros espaços.

Em outro trecho, o documento aborda pontos sobre o trabalho com as questões regionais, partindo dos interesses da comunidade escolar. Nesse sentido:

Nas disciplinas afins, dar-se-á enfoque ao estudo da História e Cultura-Afro-Brasileira e Africana, conforme Lei Federal, pertinente ao caso. Quanto à parte diversificada, esta contemplará disciplinas de interesse da comunidade escolar, considerando as peculiaridades locais e regionais em que a Escola está inserida. (PPP ESCOLA B, 2009, p. 10)

Este dado nos remete às orientações presentes no PCN de Pluralidade Cultural (Brasil, 2001), ao afirmar que elementos da cultura local devem estar presentes na Educação Básica a fim de formar um cidadão que seja conhecedor de suas raízes culturais. E ainda como Alves e Lemos (2012, p. 2) afirmam:

Neste sentido o sujeito passa a entender o meio em que vive, de modo que atribui sentido a diversas práticas que fazem parte de seu cotidiano e são capazes de entender a importância dessas práticas para sua autoafirmação, como sujeito pertencente a uma sociedade e mais especificamente a uma determinada classe social.

A partir das contribuições de Alves e Lemos (2012) percebemos a importância de garantirmos a abordagem de questões regionais, que instigam o sentimento de pertencimento e estimulam no educando o reconhecimento de si como parte do lugar em que vive, tornando-o conhecedor de suas raízes e capaz de lutar pelos seus direitos.

O PPP da Escola B é dividido por ciclos que apresentam o que deve ser trabalhado para cada disciplina, além dos temas transversais. Nos conteúdos das disciplinas, a *Cultura* enquanto temática aparece de forma direta nas disciplinas de Artes e História. Enquanto conteúdo de Artes, o tema surge ao tratar da percepção do mundo da outra criança e dos objetivos de conhecer outras produções artísticas, conhecer outras realidades a partir da arte e no reconhecimento da música como uma expressão de cultura que pode contar a história de um povo ou a sua própria história. Na disciplina de História, a cultura é considerada como forma de reconhecer as transformações culturais que aconteceram no decorrer do tempo e as mudanças do cotidiano das pessoas.

Podemos compreender que na elaboração do Projeto Político Pedagógico a Escola B teve a preocupação de inserir o trabalho com a identidade cultural de forma interdisciplinar, assim como orientam os PCN de Pluralidade Cultural, ao afirmarem que esse assunto deve ser trabalhado de forma transversal. Para afirmar esse trabalho, há uma parte específica do documento que aborda a partir de que aspectos a temática deve ser trabalhada. São cerca de dezessete (17) pontos, dos quais destacamos alguns que são mais relevantes para os fins dessa pesquisa:

- Analisar e valorizar visões do mundo, relações com a natureza e com o corpo, em diferentes culturas; - Respeitar e valorizar as diferentes linguagens pelas quais se expressa a pluralidade cultural; - Praticar e valorizar ações relativas aos Direitos Humanos; [...] - Valorizar os grupos sociais e processos culturais inerentes à formação da população brasileira. (PPP ESCOLA B, 2009, p. 31)

Os outros pontos afirmam, basicamente: a percepção da fala como elemento cultural e a necessidade da sua valorização, os diferentes povos que compõem nosso país, a importância da percepção da diferença e as leis que falam sobre essas questões. Embora o Projeto Político Pedagógico da Escola B não apresente as estratégias ou metodologias utilizadas para efetivação desses pontos ou justifique o trabalho com eles nesse documento, compreendemos que essa consideração da temática no documento já demonstra a iniciativa de valorização da diversidade cultural existente na região e respeita a identidade cultural da comunidade atendida. Entretanto, admitimos que o tema Identidade Cultural ainda é pouco explorado nas duas escolas, tendo maior foco o trato à cultura, identidade, realidade local, mas da Identidade Cultural propriamente dita, ainda pouco se fala.

CONCLUSÕES

Este artigo propôs discutir a Identidade Cultural no Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas da rede pública da cidade de Garanhuns-PE. Através da análise dos PPPs das escolas e de entrevistas com representantes da gestão escolar analisamos como a Identidade Cultural é apresentada em tais documentos.

A partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), os resultados apontaram que o PPP das instituições se esforça para responder às determinações legais a ele inerentes, principalmente no que se refere às determinações da LDB.

De acordo com os dados das entrevistas os documentos foram fruto da participação de representantes da comunidade escolar que, de forma coletiva, construíram a escrita dos Projetos Político Pedagógicos, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996.

Com relação à temática Identidade Cultural, compreendemos que as instituições escolares consideraram as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais que tratam diretamente da Pluralidade Cultural (BRASIL, 2001), uma vez que identificamos nos documentos das escolas questões que abordam a formação do cidadão crítico, a participação consciente, o estímulo à autonomia e a inserção do educando de forma ativa no mundo social. Os documentos também afirmavam ser proposta das escolas explorar elementos da cultura local nos conteúdos da Educação Básica através do trabalho interdisciplinar, de forma mais direta nas disciplinas de Artes e História, além do estímulo ao trato transversal da temática.

Nossos achados apontam para pesquisas futuras que se debrucem sobre as iniciativas de efetivação das propostas expostas nos PPPs, a fim de analisarmos se as intenções apresentadas nos projetos são norteadoras das ações políticas pedagógicas das instituições ou apenas respostas às exigências legais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. LEMOS, J. M. de O. **A cultura popular, em uma perspectiva artística, na formação cidadã e identitária.** In: IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco – Caruaru 2012. Anais do evento. Recife: FUNDAJ, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Editora Edições 70, 2004.
- BOLDRIN, L. C. F. Cultura, sociedade e currículo: Dimensões sócio-culturais do currículo. **Ensino em Re-vista.** v. 8, n. 1, jul/jun, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** Brasília: DF/ MEC, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

- FLEURI, R. M. **Políticas da diferença:** para além dos estereótipos na prática educacional. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000200009&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 19 jul. 2015.
- GOLÇALVES, A. F. Sobre o conceito de cultura na Antropologia. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: v. 25 n. 1, jan/jun; 2010, p. 61-74.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11, ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LARAIA, R. de B. **Cultura:** Um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.
- MOREIRA, A. F. B.; MACEDO, E. Currículo, identidade e diferença. In: MOREIRA, A. F. B.; MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto, 2002.
- PEREIRA, S. M.; BECKER, A. O Projeto Político Pedagógico e a construção da identidade escolar. **Revista: Contexto e Educação** – Ijuí, RS: UNIJUÍ, n. 67, Jul./Set. 2002, p. 81 – 100.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- STOER, S. R.; CORTESÃO, L. **Levantando a pedra:** Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização. Porto: Afrontamento, 1999.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Papirus, 2004.